

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA  
SOUZA**

**Etec EURO ALBINO DE SOUZA**

**Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em  
Administração**

**Luiz Henrique Araújo Colares**

**Gabriel Cheregati Elesbão**

**Robson Diego Fernandes Rocha**

**Otávio Marinho de Oliveira**

**Otávio Rodrigues**

**Tiago José Morais Ortiz**

**GERAÇÃO Y E EDUCAÇÃO FINANCEIRA, CONSEQUÊNCIAS DA  
CARÊNCIA DE CONHECIMENTO ECONÔMICO**

**Mogi Guaçu**

**2025**

**Luiz Henrique Araújo Colares**

**Gabriel Cheregati Elesbão**

**Robson Diego Fernandes Rocha**

**Otávio Marinho de Oliveira**

**Otávio Rodrigues**

**Tiago José Morais Ortiz**

**GERAÇÃO Y E EDUCAÇÃO FINANCEIRA, CONSEQUÊNCIAS DA  
CARÊNCIA DE CONHECIMENTO ECONÔMICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Técnico em Administração Da Etec “Euro Albino De Souza”, Orientado Pela Prof<sup>ª</sup>. Samira El Khoueiri e Prof<sup>ª</sup>. Gláucia Pereira da Silva, como requisito parcial para obtenção do título de técnico em Administração.

**Mogi Guaçu**

**2025**

C683g

Colares, Luiz Henrique de Araújo; Ortiz, Tiago José Moraes; Elesbão, Gabriel Cheregati; Oliveira, Otávio Marinho de; Rodrigues, Otávio.

Geração Y e educação financeira: consequências da carência de conhecimento econômico – Mogi Guaçu – SP. 2025.

38 p.

Trabalho de Conclusão do Curso de Ensino Médio com Habilitação Profissional Técnico em Administração da ETEC Euro Albino de Souza de Mogi Guaçu.

Orientadoras: Professora Mestre Samira El Khoueiri e Professora Especialista Gláucia Pereira da Silva.

1. Educação. 2. Comportamento. 3. Planejamento. I. Khoueiri, Samira El e Silva, Gláucia Pereira da. (orientadoras) II. Título.

CDD 378.011

GABRIEL CHEREGATI ELESBÃO  
LUIZ HENRIQUE DE ARAUJO COLARES  
OTÁVIO MARINHO DE OLIVEIRA  
OTAVIO RODRIGUES  
ROBSON DIEGO FERNANDES ROCHA  
TIAGO JOSE MORAIS ORTIZ

**GERAÇÃO Y E EDUCAÇÃO FINANCEIRA, CONSEQUÊNCIAS DA  
CARÊNCIA DE CONHECIMENTO ECONOMICO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado na Escola Técnica  
Estadual (ETEC) “Euro Albino de  
Souza”, como requisito para receber o  
título de Técnico em Administração.

**Aprovado em Mogi Guaçu, 19 de novembro de 2025**

**Banca Examinadora**

---

Samira El Khoueiri (Orientadora)

---

Gláucia Pereira Da Silva (Co-orientadora)

---

Daniel Tarossi

---

Guilherme Caruso Rodrigues

---

Isabela Gimenez Meneguci

## Resumo

Compreender a importância da educação financeira é de suma importância para o desenvolvimento econômico e social dos indivíduos e subsequentemente, da sociedade, mais ainda, é necessário compreender que é necessária uma base de incentivo sólida e o devido acesso a informações financeiras durante o processo de independência econômica do indivíduo para que o mesmo se desenvolva sem problemas financeiros futuros. O presente estudo tem como propósito, a análise multifatorial da ocorrência ao acesso a devida educação financeira para pessoas integrantes da geração Y, pessoas nascidas de 1982 a 1994. Por meio da consulta de artigos relacionados ao tema e principalmente por pesquisas de caráter quantitativo realizadas na ETEC Euro Albino de Souza com alunos que se encaixam na faixa etária de análise durante o período de realização das pesquisas, para apurar se os entrevistados tiveram contato com informações que contribuíssem para seu letramento financeiro, e se já lidaram previamente com dificuldades para honrar seus compromissos financeiros. Assim possibilitando, após a apuração dos resultados, se a falta de acesso à educação financeira, oriunda da ausência de incentivo familiar e social durante o desenvolvimento intelectual e social dos indivíduos pertencentes à geração Y podem por consequência, terem sua saúde financeira afetada.

**Palavras-chave:** Educação Financeira. Geração Y. Incentivo

## **Abstract**

Understanding the importance of financial education is paramount for the economic and social development of individuals and, subsequently, society. Furthermore, it is necessary to understand that a solid incentive base and proper access to financial information are necessary during the process of an individual's economic independence so that they can develop without future financial problems. The purpose of this study is to conduct a multifactorial analysis of access to adequate financial education for members of Generation Y, people born between 1982 and 1994. Through the consultation of articles related to the topic and mainly through quantitative research carried out at ETEC Euro Albino de Souza with students who fit the age group under analysis during the research period, to ascertain whether the interviewees had contact with information that contributed to their financial literacy, and whether they had previously dealt with difficulties in honoring their financial commitments. This made it possible, after analyzing the results, to determine whether the lack of access to financial education, stemming from the absence of family and social incentives during the intellectual and social development of individuals belonging to Generation Y, could consequently affect their financial health.

**Keywords:** Financial Education. Generation Y. Incentive.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>1 CONTEXTO ECONÔMICO DA GERAÇÃO Y</b> .....	<b>6</b>
1.1 Contexto econômico da geração y.....	6
1.2 Cultura consumista .....	8
1.3 Disciplina de educação financeira nas escolas .....	10
1.4 A educação financeira no contexto da educação matemática.....	13
1.5 Classes sociais .....	16
<b>2 PESQUISA DE CAMPO</b> .....	<b>20</b>
2.1 Cenário .....	21
2.2 Amostra.....	21
2.3 Instrumentos de pesquisa .....	21
2.4 Resultados de pesquisa de campo .....	23
<b>3 ANÁLISE DE DADOS</b> .....	<b>29</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>35</b>

## INTRODUÇÃO

É perceptível que a educação financeira se tornou um tema recorrente durante os últimos anos, com grande relevância social, principalmente por conta do cenário atual que nossa economia se encontra, atualmente com a tendência crescente ao consumo acelerado e descontrolado. A geração Y, que cresceu em um período de grandes transformações na economia brasileira, por exemplo a implementação do plano Collor e o plano real, que tiveram um impacto considerável na economia do Brasil. O presente estudo investiga de que maneira a ausência da educação financeira na formação da geração Y influenciou seus comportamentos econômicos e sociais.

Ao observar os índices de endividamento e instabilidade financeira, é perceptível a necessidade de investigar os impactos da carência de conhecimento financeiro nesta geração, que representa grande parte da força de trabalho, assim analisando suas consequências tanto para os indivíduos quanto para a sociedade. Compreender os motivos da falta de conhecimento em relação às finanças é essencial para elaborar estratégias que incentivem uma relação mais saudável com o dinheiro, o que poderia prevenir novos ciclos de endividamento, contribuindo para a sociedade em sua totalidade.

Fundamentado nas pesquisas de Savóia, Saito e Santana (2007), Lucci et al. (2018) e Vieira et al. (2011). Os autores fornecem o fundamento teórico necessário para o presente estudo tornando assim possível o entendimento sobre a importância de uma educação financeira que vá além dos aspectos numéricos, fomentando a consciência, a autonomia e o equilíbrio entre consumo e planejamento.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica e analítica, o estudo foi desenvolvido, empregando artigos acadêmicos, relatórios oficiais e estudos de caso que buscam compreender o comportamento financeiro da Geração Y no Brasil. Focado em fontes divulgadas entre 2000 e 2024, assim oferecendo uma perspectiva atualizada sobre o assunto e englobando aspectos econômicos, sociais e educacionais.

Através de uma abordagem mista entre análise quantitativa e exploratória, estruturada a partir da identificação de padrões de comportamento financeiro da Geração Y, relacionando-os com variáveis como acesso à informação, nível educacional e contexto socioeconômico, foi feita a coleta de dados por meio de questionários online, buscando compreender os impactos gerados nessa geração.

## **1 CONTEXTO ECONÔMICO DA GERAÇÃO Y**

### **1.1 Contexto econômico da geração y**

Pode-se afirmar que a geração Y cresceu em um momento do país, segundo Silva (2000) economia se encontrava em um momento de agitação, mudanças e conturbações que foram causadas devido às mudanças econômicas, como o Plano Real e o Plano Collor. Para entender as consequências geradas na geração Y, é preciso compreender o que foram essas mudanças na economia.

Como explicado por Silva (2000) durante muitos anos, a inflação foi um problema crônico no Brasil. Os preços mudavam o tempo todo fazendo com que pessoas de baixa renda tivessem péssimas propostas de vivência, o dinheiro perdia valor rapidamente e o país trocava de moeda com frequência, afetando diretamente a vida das pessoas e no capital do estado, que se acostumaram a viver num cenário de incerteza econômica. Essa "cultura inflacionária" se tornou parte do cotidiano. Pessoas com baixa renda eram detidas pela parcela de pessoas da elite para que não podiam obter recurso.

O Plano Real, lançado em 1994 no governo de Itamar Franco, surgiu como uma resposta firme a esse cenário. Seu objetivo principal era estabilizar a moeda e recuperar a confiança na economia. Para isso, o governo adotou uma série de medidas: acumulou reservas internacionais, promoveu reformas constitucionais e instituiu uma nova política monetária. A valorização do real em relação ao dólar ajudou a controlar a inflação, o que foi uma conquista significativa (Silva, 2000).

No entanto, esse controle teve um custo. A âncora cambial, que mantinha o real artificialmente valorizado atraiu capital estrangeiro, mas também prejudicou a indústria nacional e aumentou a dependência de dinheiro externo, muitas vezes instável (Silva, 2000). Para financiar o déficit público, o governo apostou na privatização de estatais e no corte de gastos. Ao mesmo tempo, o nível de desemprego cresceu, já que o ajuste fiscal e o controle da atividade econômica interna se tornaram instrumentos para manter a estabilidade.

O Plano Real foi essencial para acabar com a hiperinflação e dar início a uma nova fase da economia brasileira, mas os ganhos na estabilidade vieram

acompanhados de desafios sociais, como o desemprego e a maior vulnerabilidade frente ao mercado internacional. (SILVA, 2000).

O Plano Collor foi a tentativa mais controversa contra a inflação sendo implementado em 1990 pelo governo de Fernando Collor de Mello teve a intenção de conter a hiperinflação da época através de meios radicais como o confisco, mas mesmo contendo-a durante um certo período ela causou danos severos na economia.

Como descrito por Burle (2009) na tentativa de manter a inflação controlada, aumentaram as taxas de juros, assim desincentivando os empréstimos e a utilização do crédito que junto com o congelamento das contas bancárias fez com que a circulação do dinheiro fosse desacelerada diminuindo o consumo por parte da população.

Isso acarretou a baixa na produção por parte das empresas assim gerando uma alta no desemprego como visto em Inflação, desemprego e produto: uma análise da condução da estabilização de preços no Brasil (1990-1999), Silva (2000, p.75) "O desemprego tem aumentado desde o Plano Collor, onde a curto prazo a inflação foi contida, porém com o arrocho salarial, o desemprego aumentou consideravelmente".

Além disso o Plano Collor junto com a alta inflação da época acatou em um desincentivo para a população leiga pois o cálculo dos juros de investimentos como dito por Burle (2009) eram feitos com base na Taxa Referencial Diária (TRD) que não era muito precisa e acabava por subestimar a alta da inflação diversas vezes. Com isso em mente é perceptível que isso torna difícil para o público geral de ingressar nesse meio tendo em vista a necessidade de um conhecimento a mais sobre a área para que os investimentos fossem aproveitados de maneira mais eficiente (Burle, 2009)

Bresser-Pereira (1994) propõe que O Plano Real - cujas três fases iniciais foram completadas em 1 de julho de 1994 foi uma reforma monetária que extinguiu o cruzeiro real e transformou a Unidade Real de Valor (URV) no Real é certamente, entre os 13 planos de estabilização tentados no Brasil desde que se iniciou a presente crise, em 1979, o mais bem concebido.

## **1.2 Cultura consumista**

A crescente diversidade de produtos e serviços financeiros no Brasil tem exigido dos cidadãos um maior nível de conhecimento e responsabilidade ao lidar com suas finanças. Contudo, observa-se que grande parte da população ainda não possui a base necessária para tomar decisões conscientes, o que afeta diretamente a saúde financeira individual e coletiva (LUCCI et al., 2018). Essa deficiência se torna ainda mais preocupante no contexto da Geração Y, que cresceu em um ambiente digitalizado, com amplo acesso ao crédito e forte influência de padrões de consumo mediados pela tecnologia. Essa geração, nascida entre o início da década de 1980 e meados da década de 1990, é caracterizada por um perfil conectado, multitarefa e exposto a estímulos constantes de consumo, principalmente via redes sociais e publicidade segmentada por algoritmos.

Segundo Lucci et al. (2018), o domínio de conceitos financeiros, embora relevante, não garante, por si só, um comportamento financeiro saudável. A formação acadêmica precisa ser complementada por fatores como disciplina, prática cotidiana e acesso contínuo à informação. A educação financeira, portanto, deve ser um processo permanente, iniciado desde os primeiros anos da formação escolar, permitindo o desenvolvimento de hábitos e atitudes sustentáveis. A ausência dessa formação contribui para o endividamento, a exclusão dos sistemas formais de crédito e impactos emocionais como ansiedade e estresse. Tais consequências podem ser observadas de forma ainda mais intensa entre os jovens adultos da Geração Y, que frequentemente são responsabilizados por suas dificuldades financeiras sem que tenham recebido a preparação adequada.

Vieira, Bataglia e Sereia (2011) corroboram essa perspectiva ao apontar que, mesmo entre universitários de cursos como Administração e Ciências Contábeis, o conhecimento financeiro não apresenta diferenças estatisticamente significativas entre os anos iniciais e finais da graduação. Isso indica que apenas a instrução formal é insuficiente. Fatores como a vivência familiar, experiências pessoais e a convivência social desempenham papel importante na internalização do conhecimento. Para a Geração Y, que convive com estímulos de consumo constantes, essa lacuna pode resultar em decisões econômicas frágeis, como o uso impulsivo de crédito rotativo ou financiamento de bens que ultrapassam sua capacidade de pagamento.

Além disso, Ferreira e Lima (2014) destacam que o consumo entre as classes populares brasileiras frequentemente segue um padrão mimético, em que o indivíduo

busca reproduzir estilos de vida de classes mais abastadas como forma de pertencimento social. Esse comportamento, impulsionado por estratégias de marketing e acesso facilitado ao crédito, gera um ciclo de endividamento que compromete a autonomia financeira. Para os jovens da Geração Y, esse desejo de ascensão simbólica pode ser intensificado pelas redes sociais, onde a aparência de sucesso financeiro muitas vezes suplanta a realidade econômica. As plataformas digitais, inclusive, criam um ambiente de comparação constante que estimula o consumo por status, como viagens, roupas de marca, eletrônicos e experiências compartilháveis.

Ferreira e Lima (2014) também apontam a atuação das instituições financeiras no estímulo ao consumo desmedido por meio de produtos financeiros direcionados à população de baixa renda, como o crédito consignado. Durante os anos 2000, houve uma expansão significativa desse tipo de crédito. Esse fenômeno revela uma faceta da financeirização da economia que, embora promova inclusão simbólica, acentua desigualdades e riscos de superendividamento. No caso dos jovens da Geração Y, observa-se a proliferação de ofertas de cartões de crédito com limites elevados e aprovação rápida, o que, aliado à falta de preparo, os torna alvos fáceis do endividamento estrutural.

Ao comparar os estudos de Lucci et al. (2018) e Vieira et al. (2011), observa-se uma convergência quanto à insuficiência da formação acadêmica isolada para promover mudanças comportamentais duradouras. Enquanto o primeiro foca na importância da educação contínua e prática, o segundo revela que os estudantes, mesmo expostos ao conteúdo teórico, não demonstram domínio efetivo no uso do conhecimento. Ferreira e Lima (2014), por sua vez, aprofundam a crítica ao contexto estrutural, argumentando que o próprio sistema econômico promove padrões de consumo irracionais nas camadas mais vulneráveis da sociedade. Esse diálogo entre os autores reforça a importância de uma abordagem integrada da educação financeira, que considere os múltiplos fatores – econômicos, culturais, psicológicos – que influenciam as escolhas dos indivíduos.

Dessa forma, é possível concluir que a educação financeira precisa ser compreendida como uma política pública essencial, articulada com ações pedagógicas, culturais e econômicas. No caso da Geração Y, a formação crítica, o estímulo à reflexão e a contextualização do ensino são fundamentais para evitar a

perpetuação de ciclos de consumo prejudiciais. Iniciativas como a inclusão da educação financeira no ensino médio, a capacitação de professores e o uso de metodologias ativas no ensino superior são caminhos promissores. Somente por meio de uma abordagem ampla, que considere as dimensões sociais, emocionais e culturais das decisões econômicas, será possível promover uma real transformação na saúde financeira dessa geração.

### **1.3 Disciplina de educação financeira nas escolas**

A educação financeira segundo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2005b, apud SILVA; POWELL, 2013) é o processo no qual os indivíduos melhoram seu conhecimento em relação aos produtos econômicos, seus conceitos e riscos, de modo que, o indivíduo possa analisar dados e situações financeiras tomando decisões embasadas em seu pensamento crítico.

O assunto de educação financeira tomou relevância apenas nos anos 2000, tornando- o de fácil acesso desde que se tenha um dispositivo conectado à internet, ou nem mesmo isso, estando disponível em qualquer biblioteca conteúdos de relativa credibilidade. Porém nem sempre o acesso a este tema foi algo tão simples assim. Há cerca de duas décadas - momento este em que a geração Y se encontrava em sua infância - não se encontrava facilmente conteúdos relacionados ao conhecimento financeiro, e este assunto nem mesmo possuía credibilidade, acreditava-se que este assunto era pertinente àqueles que já possuíam o próprio negócio e tinham afinidade com o assunto, ou seja, os ricos. Sendo esta falácia desmascarada somente em 2000, invertendo a fama deste assunto, e o tornando supostamente até mesmo fonte de enriquecimento. (SAVÓIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Segundo Vygotsky (2004, apud KERN, 2009) os indivíduos se tornam eles mesmos através dos outros, ou seja, para se adquirir conhecimento – no caso, o conhecimento financeiro - é necessário que o conhecimento seja disponibilizado através de familiares, amigos, e/ou profissionais, como professores ou outros meios didáticos, como livros. Evidenciando a importante participação que as escolas deveriam ter implementado, por exemplo, uma matéria de educação financeira.

Savóia, Saito e Santana (2007) tem para si a educação como sendo um processo de transferência de conhecimento que abre caminhos para o desenvolvimento de habilidades, para que os indivíduos possam tomar decisões

embasadas em dados e fatos, o que torna melhor a administração de suas finanças pessoais. É citado também o educador e pensador brasileiro Paulo Freire, que é conhecido por sua concepção da educação como sendo uma prática de liberdade e um processo de transformação social, onde, não apenas o aluno aprende, mas também, aquele que ensina, tornando importante o diálogo, a reflexão crítica e o questionamento na formação do sujeito.

Nos currículos escolares, há uma grande quantidade de matérias que se deve ensinar aos alunos, porém poucas, ou melhor, quase nenhuma possui em sua grade curricular temas relacionados à educação financeira. Segundo Demo (2003, apud KERN, 2009), aquilo que é aprendido nas escolas deve ser necessário para a vida, ou seja, algo importante e útil. O que torna evidente a relevância da educação financeira para com os alunos. Para que sejam tomadas ações em relação à implantação de aulas de educação financeira nas escolas, torna-se necessário o envolvimento do Ministério da Educação - órgão do governo brasileiro responsável pela área da educação que busca promover o ensino de qualidade no Brasil - para que mudanças sejam feitas. Porém, não é necessário ir tão longe assim para que se note uma tendência a esquivar dessa ideia.

Júnior et al. (2021) mostram que contribuíram com a seguinte informação: Professores Quadro Próprio do Magistério, professores concursados (QPM) preferiram continuar com as disciplinas de matemática do que se arriscar em algo desconhecido. Segundo a fala de uma das entrevistadas desta pesquisa, sobre o processo de escolha da disciplina: "peguei educação financeira por que os próprios professores estavam fugindo dessa disciplina, então tinha bastante aula ainda, eu consegui completar", então, com base nos relatos apresentados, pode-se afirmar que, o problema não está tão longe quanto parece, sendo parte dele, resultado do descaso dos profissionais para com a disciplina.

Um levantamento feito por Souza, Nicoli e Castro (2023) indica que o aprendizado sobre finanças ainda na infância tem o potencial de transformar a forma como o dinheiro será lidado no futuro. Especialistas frisam que a ausência dessa instrução nas instituições de ensino impede que os adolescentes construam uma percepção sobre finanças e se capacitem para os obstáculos da fase adulta. Contudo, é evidente que esse assunto é negligenciado nas escolas, que priorizam as disciplinas

convencionais ao invés de habilitar os estudantes para o cotidiano, como planejar gastos, economizar e efetuar escolhas de consumo mais conscientes.

É possível implantar este ensino de educação financeira nas escolas, como a proposta de Lucas (2023) que inclui a educação financeira como tema transversal nos currículos da educação básica. Os temas transversais são definidos pelo Ministério da Educação (MEC) por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, ética, trabalho e consumo são exemplos desses temas. O objetivo do autor com esse projeto é que todos os alunos do país tenham acesso a uma formação integral.

Segundo Santos e Oliveira (2023), a instrução financeira, quando aplicada de maneira contextualizada no ambiente escolar, possibilita que o aluno desenvolva habilidades cruciais para o exercício pleno da cidadania. Isso reforça a noção de que a gestão do dinheiro transcende a mera questão matemática, abrangendo aspectos sociais e comportamentais.

A geração Y amadureceu em um momento de avanço da tecnologia e globalização – campos estes que estão intrinsecamente ligados - e o incentivo ao consumo imediato, implantado através de estratégias e práticas inclinadas a compra de bens e serviços de forma imediata, sem um planejamento prévio (KERN, 2009). Apesar de ser considerada uma geração conectada e informada, muitos enfrentam dificuldades concretas para equilibrar despesas, lidar com dívidas e planejar suas finanças. A carência de uma base educacional voltada para esse aspecto contribui para decisões impulsivas e hábitos nocivos, como o uso excessivo do cartão de crédito e a falta de reservas para imprevistos.

A falta de conhecimento sobre conceitos básicos de finanças pessoais leva muitos jovens a situações de endividamento logo nos primeiros anos de independência financeira. Ademais, é necessário reconhecer que a simples inserção em uma sociedade de consumo já exige do cidadão um nível de discernimento financeiro que muitas vezes lhe falta. Anúncios, redes sociais e até mesmo a cultura popular reforçam constantemente a ideia de que consumir é sinônimo de sucesso, felicidade e status. O que não é verdade. Crenças como esta, são resultado da pressão capitalista, que influencia diretamente nas relações sociais, culturais e individuais, a fim de obter lucro. Esta crença é reforçada a partir do momento em que as nossas escolas aplicam um método de ensino, muitas vezes, falho. Para a geração

Y, que cresceu imersa nessas mensagens, é difícil resistir à pressão para gastar, especialmente sem uma base educacional que ensine a distinguir desejo de necessidade, ou que demonstre como pequenas escolhas financeiras de hoje podem acarretar grandes repercussões no futuro. (FERREIRA; LIMA, 2014).

É crucial ressaltar a influência dos educadores e do sistema de ensino nessa jornada. Frequentemente, os professores não são devidamente treinados para discutir assuntos financeiros em classe, o que impede a integração eficaz do tema no programa. Desse modo, mesmo querendo abordar a educação financeira, carecem de materiais, qualificação e suporte da instituição (SOUZA; NICOLI; CASTRO, 2023).

Contudo, apesar das dificuldades, Kern (2009) afirma que o panorama está gradualmente se transformando, algumas escolas, principalmente as públicas, começaram a inserir conceitos fundamentais de finanças em projetos integrados ou atividades complementares. Mesmo que discretas, tais iniciativas sinalizam avanços e mostram a força da mudança que a instrução financeira pode trazer para o crescimento dos jovens.

E, portanto, a ausência de educação financeira nas escolas não é só uma carência no aprendizado, mas um fator que mexe com os dilemas econômicos e sociais que muitos brasileiros vivem — em especial os da geração Y. Colocar esse assunto no plano de estudos, de um jeito útil, questionador e simples, é essencial para construir uma sociedade mais igualitária, consciente e preparada para os desafios de hoje e de amanhã (KERN, 2009).

#### **1.4 A educação financeira no contexto da educação matemática**

Nas últimas décadas o Brasil viveu muitas mudanças econômicas, tecnológicas e sociais que mudaram bastante a forma de lidar com dinheiro. O crédito ficou mais fácil, o consumo acelerou e a tecnologia ajudou a acessar informações e a fazer pagamentos. Nesse cenário a geração Y, que é formada por quem nasceu entre 1980 e meados dos anos 1990, foi bastante impactada. Eles cresceram com internet e crédito fácil, mas sem uma base forte de educação financeira para entender essas mudanças (LOPES-JR; PELEIAS, 2017).

Essa falta de educação financeira virou um problema grande para essa geração. O Banco Central do Brasil (2018) diz que educação financeira é essencial para o cidadão moderno tomar decisões conscientes num mundo econômico

complicado. Mas muitos jovens da geração Y cresceram sem aprender sobre poupar, investir, fazer orçamento ou cuidar das dívidas, o que dificulta construir uma estabilidade financeira. Eles aprenderam muito no improviso, com erros e experiências erradas (BCB, 2018).

Até pouco tempo nas escolas nem se falava muito sobre finanças. Antes de 2017, quando o tema entrou na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quase nenhuma escola dava aula prática sobre dinheiro. Por isso os jovens da geração Y tiveram que se virar sozinhos, aprendendo com a família, com a mídia e com erros, o que acabou gerando uma geração com dívidas, desinformada e vulnerável (CORDEIRO; COSTA; SILVA, 2018).

Esse problema piorou porque a cultura do consumo aumentou com a internet. As redes sociais viraram vitrines que mostram vidas perfeitas e fazem as pessoas quererem gastar para manter essa aparência. Chiu-Soli et al. (2021) dizem que ficar vendo isso o tempo todo junto com o crédito fácil vira um ciclo ruim de consumo e dívida. Cartões de crédito usados sem cuidado, parcelamento demais e dívidas estudantis aumentam e isso afeta a saúde financeira da geração Y.

Além disso o mercado de trabalho está instável. O que era prometido, que estudar garantia estabilidade, não vale mais. Muitos jovens têm empregos temporários, salários baixos e não sabem o que vai ser do futuro. Isso dificulta cuidar das finanças (MAZZI; HARTMANN; PESSOA, 2024). A falta de educação financeira é mais um problema, porque eles não conseguem planejar, guardar dinheiro e investir para o futuro. Do ponto de vista psicológico, a falta de educação financeira afeta a mente, não só o bolso. Mostram que dificuldades financeiras aumentam ansiedade, estresse e depressão, principalmente entre quem sabe pouco sobre dinheiro. Dívidas pesam como uma pedra, causando sensação de fracasso social e sofrimento difícil de superar. Por isso a educação financeira não é só técnica, é importante para o bem-estar emocional.

Saraiva (2017) diz que sem orientação as pessoas agem pelo impulso ou pela vontade de consumir e não pensam nas consequências. Isso prejudica a estabilidade e alimenta ciclos de inadimplência e exclusão social. Para a geração Y, o crédito fácil e a pressão das mídias para manter um padrão de vida foram motivos para o endividamento.

Muitos jovens estão buscando aprender mais sobre finanças, usando canais na internet, cursos online e aplicativos para controlar gastos. Influenciadores como Nath Finanças, Me Poupe! e Primo Rico mostram que tem muitas pessoas querendo aprender a controlar o dinheiro (CHIU-SOLI et al., 2021). Isso mostra que é extremamente necessário a inserção da educação financeira na escola para evitar os mesmos erros.

A inclusão da educação financeira na BNCC foi um avanço, mesmo que tenha chegado tarde para a geração Y. Mazzi, Hartmann e Pessoa (2024) dizem que as políticas públicas precisam ir além da escola e atingir comunidades, cursos técnicos, campanhas e educação continuada. Isso é plantar sementes que vão crescer com o tempo. Cordeiro, Costa e Silva (2018) falam que o setor privado e a sociedade civil também devem ajudar, colocando educação financeira na cultura das empresas e em ações sociais.

É importante entender que educação financeira não é só fazer o dinheiro render, mas também entender as desigualdades sociais, a exclusão bancária e as causas da pobreza (AMORIM; FRANCO, 2021). Se as pessoas não têm acesso a esse debate, ficam menos preparadas para mudar a sociedade. Por isso a educação financeira deve formar cidadãos críticos, conscientes do dinheiro e das injustiças.

Cordeiro, Costa e Silva (2018) reforçam que melhorar as competências financeiras ajuda a criar uma sociedade mais equilibrada e resistente, que pode reduzir vulnerabilidades e aumentar oportunidades. Para a geração Y, isso significa não só consumir melhor, mas também participar da vida social, questionando e influenciando as regras econômicas. Com tudo isso, fica claro que é urgente entender como a falta de educação financeira afetou a geração Y, seu dinheiro, saúde mental, trabalho e participação social. Essa análise pode ajudar a criar políticas e práticas que aumentem a autonomia e responsabilidade financeira. Reconhecer a importância da educação financeira é o primeiro passo para combater o analfabetismo econômico e formar uma cultura de responsabilidade e cidadania. Assim, as futuras gerações estarão mais preparadas para os desafios de um mundo cada vez mais complexo, evitando repetir os mesmos erros.

## **1.5 Classes sociais**

Para que se possa melhor compreender como se dá a relação do indivíduo com seu financeiro e como ocorre a distribuição da cultura e do conhecimento dentre os diversos grupos que compõem a sociedade, mostra-se necessário analisar e evidenciar os diferentes grupos com atributos divergentes e as variáveis que influenciam nesse complexo sistema de distribuição de patrimônio econômico e cultural. “Segundo Karl Marx e Engels (“pais fundadores” das teses que envolvem classes sociais), as classes sociais podem ser definidas como principais agentes coletivos de reprodução e/ou transformação da estrutura social” (BERTONCELO, 2014.)

De acordo com Bertoncelo (2014), sociólogo da Universidade de São Paulo (USP), a compreensão do que são as classes sociais é um ponto fundamental para que se possa entender a Ciência Social – área do conhecimento que busca compreender como se dão as relações sociais, relação estado-social e, mais relevante para o assunto em questão, relação do indivíduo com a economia”

Dada a abrangência de teses e conceitos abordados no tema de classes sociais, como: definição de classes sociais; como as classes sociais são formadas; como são reproduzidas; quais os meios de reprodução; quais são essas classes; entre outros. Evidencia-se a complexidade do tema em questão e a divergência em determinados aspectos entre diferentes trabalhos acadêmicos. Aspectos estes que apesar de divergentes, de modo algum anulam a teoria da qual divergem.

É notório que a abordagem do tema de classes sociais exige uma cautela minuciosa do pesquisador em relação a elaborar uma tese levando em consideração os aspectos certos, ou, melhor dizendo, os aspectos que mostram maior relevância e influência sobre as variáveis. Aspectos esses determinados por meio do desenvolvimento de trabalhos acadêmicos por diversos autores, como: Weber, Durkheim, Bourdieu, Marx, entre outros.

Para a introdução deste tópico, mostra-se pertinente abordar tal tema iniciando-o com a visão do considerado como principal pioneiro da teoria de classes sociais, Karl Marx. “Marx entende que é no trabalho e na atividade econômica que o homem define a essência da sua existência.” (MACHADO, 2005). Ao considerar e analisar esta afirmação de Marx, mostra-se imprescindível o exercício individual da reprodução da estrutura econômica (isto é, o trabalho) para a existência. Já que este

implica não só fins lucrativos, mas também define a essência da existência do indivíduo.

Tendo isto em vista e considerando a importância do exercício do trabalho, pode-se considerar que o indivíduo não deve, de modo algum, ser privado da oportunidade de exercê-lo. Entretanto, em nossa sociedade, é notório a variedade de condições e oportunidades atribuídas à diferentes indivíduos com base em suas características, como: gênero, grupo social, patrimônio e comunidade a qual pertence. Estas condições são denominadas estratificação social e são de suma importância para se compreender as variáveis que influenciam a maneira na qual a entidade interage com o meio social, com a gestão financeira e como se manifestam as oportunidades de aquisição de patrimônio, de emprego, cultura e conhecimento.

Nos estudos de Max Weber, “classe” é uma condição que incide nas oportunidades de vida – considerando que oportunidades de vida são as chances das quais o indivíduo tem de se apropriar dos bens materiais e culturais produzidos socialmente - daqueles que a constituem, e elas são mediadas pelo mercado. (BERTONCELO, 2014.)

À luz destas considerações, as classes podem ser destacadas como um fator de suma importância, ao analisar as condições que incidem na reprodução e perpetuação da infraestrutura econômica e social. Visto que estas influenciam diretamente nas chances que o ser possui de avançar na carreira e melhorar a sua condição financeira e adquirir acesso a um conhecimento de qualidade ou até mesmo o acesso à cultura.

Segundo Marx (apud MACHADO 2005.) Em todas as sociedades pode-se distinguir a sua base econômica – a infraestrutura e a superestrutura. O materialismo é um posicionamento onde as ideias dominantes de uma sociedade dependem da sua base econômica.

Ou seja, nessa paráfrase da teoria de Karl Marx, pode-se notar seu posicionamento em relação ao conceito de classes sociais e sociedade, onde se destaca, predominantemente, uma abordagem mais materialista, na qual a economia e o modo de produção são quem ditam o funcionamento; as ideias; e a reprodução da estrutura da sociedade.

Em outras palavras, esse excerto da tese de Marx, propõe a explicação do sistema de produção. Onde, toda sociedade possui uma infraestrutura (a base de sua economia) que engloba a maneira na qual se produz (forças produtivas) e como os

indivíduos se relacionam nesse processo de produção (relação entre patrão e funcionário, relações de produção etc.)

Agora, sobre essa base econômica, há a denominada superestrutura (leis, política, ideologia, cultura, religião...), esta diz respeito ao pensamento e instituições predominantes.

Segundo Bourdieu (apud BERTONCELO, 2014): existem três esquemas de análise que se relacionam: o espaço social, o habitus e o espaço dos estilos de vida. O espaço social, que deve ser compreendido como um espaço simbólico, compõe um sistema que origina os esquemas de percepção, classificação e ação que orientam as ações dos indivíduos. Trata-se também de um conjunto de posições estratégicas a partir das quais os agentes disputam a apropriação de bens econômicos e culturais, bem como a distribuição dos diferentes tipos de capital. Em outras palavras, esse espaço simbólico é o cenário onde indivíduos e grupos sociais, situados em diferentes posições, competem por recursos e reconhecimento.

De acordo com Bertoncelo (2014), no Brasil, a partir da década de 1950, se formou um estilo de pesquisa sociológica moldado pela influência da tese marxista, que predominou na Sociologia nacional até 1970. Conforme observa Bertoncelo, tais pesquisas mostram a influência das relações entre classes na reprodução da estrutura desigual da sociedade brasileira. Em um estudo sobre o avanço da desigualdade de oportunidades educacionais e da mobilidade social no país, abrangendo as últimas quatro décadas — período que inclui a geração Y. Ribeiro (2012) mostra que, apesar da diminuição, ainda que não muito significativa e irregular, na relação entre a origem social e realização educacional do indivíduo, a condição social provida do nascimento continua a exercer uma forte influência sobre as chances de um indivíduo alcançar determinada posição de classe na vida adulta.

Entretanto, autores evidenciam também, uma espécie de subclasse: (Souza, 2012, p. 45, apud BERTONCELO, 2014.) caracteriza os “batalhadores” como uma nova classe social (uma nova fração dentro da classe trabalhadora), resultado das transformações recentes no capitalismo brasileiro. Seria a classe que está entre a “ralé” e as classes média e alta (suas bases de reprodução da social estão assentadas sobre o controle de capital cultural e econômico). Segundo o autor, os “batalhadores” não se distinguem da “ralé” apenas pela renda ou pelo lugar que ocupam no processo de produção, mas, sobretudo, por terem incorporado (por meio da socialização familiar

e religiosa) os comportamentos para agir enquadrados àquilo que se exige do mundo capitalista pós-fordista e “financeirizado”, características comportamentais essas como o autocontrole, a disciplina e o comportamento baseado em resultados futuros.

Para que possamos ter tanto o “desejo” quanto a “capacidade” de absorção de conhecimento raro e sofisticado, é necessário ter tido, em casa, na socialização com os pais ou quem ocupe esse lugar, o estímulo “afetivo” – afinal, nos tornamos “seres humanos” imitando quem amamos – para, por exemplo, a “concentração” nos estudos ou a percepção da vida como “formação contínua”, na qual o que se quer ser no “futuro” é mais importante que o que se é no “presente” (Souza, 2012.)

Sobretudo, pode-se então, perceber um padrão do qual seguem as diferentes teses apresentadas, que abordam classes sociais e sua relevância nas oportunidades de vida para com seus indivíduos constituintes. Onde, classes sociais, mostram-se como fatores causais às oportunidades de vida, ou seja, a classe social é um aspecto de suma importância, que dita a qualidade da relação do indivíduo com seu financeiro, com sua realização educacional, interação com o meio social, o conhecimento e a cultura. Portanto, merecem destaque também estas distintas visões que divergem em relação a alguns aspectos apresentados, onde estas propõem relações sociais e familiares como sendo fundamentais quanto à ascensão econômica: enquanto por um lado pode-se citar uma visão como a proposta por Karl Marx, onde, predomina-se a visão materialista do debate, temos também perspectivas com a de Souza, onde, a ascensão do indivíduo não se dá apenas por meio da posição econômica do grupo no qual este pertence, mas também, por outras condições.

De acordo com Souza (2012), a cegueira de toda forma de economicismo reside no fato de não perceber que o capital econômico não é a única determinação importante da vida social. Sem, por exemplo, a percepção dos capitais cultural e social, o próprio capital econômico se torna incompreensível. – De modo a enfatizar uma perspectiva menos rígida e objetiva do tema (perspectiva na qual destaca-se o papel fundamental que desempenha o meio social nas ideias e comportamentos do indivíduo), ao abordá-lo sob aspectos como a influência familiar exercida sobre as oportunidades de vida. Uma visão divergente da maioria das teses, com potencial para considerá-la subjetiva, do ponto de vista acadêmico.

À luz dessas considerações, destaca-se nessa visão a abordagem do complexo assunto de classes de uma maneira mais “ampla”, de modo a considerar a ascensão econômica, resultado não só da posição social do indivíduo em relação à sua classe, mas também das interações sociais e familiares do indivíduo. Onde essas

exercem influência fundamental na forma que o agente lida com questões financeiras e desenvolve sua vida profissional.

## **2 PESQUISA DE CAMPO**

A pesquisa de caráter quantitativo composta por 10 perguntas, foi realizada na escola ETEC Euro Albino de Souza na cidade de Mogi Guaçu. As perguntas visam mensurar o grau de conhecimento e educação financeira dos alunos do 1º e 3º ano de Automação Industrial (noturno), e 2º ano do curso modular noturno em administração.

### **2.1 Cenário**

A pesquisa de campo ocorreu nas dependências da ETEC Euro Albino de Souza, escola do ensino público estadual pertencente ao Centro Paula Souza (CPS). A instituição oferece os seguintes cursos modulares noturnos: administração, eletrônica e automação industrial. E com habilitação técnica integrada ao ensino médio, em período integral e meio período: automação industrial, administração, eletrônica e desenvolvimento de sistemas, a escola conta com 15 anos de existência.

O local contém uma área de 10.015,24 m<sup>2</sup>, tendo perímetro e confrontação de 201,00 metros. Ambiente conta com dois prédios, possuindo salas de aula, quadra, laboratórios de informática, automação industrial juntamente ao laboratório de eletrônica, biblioteca, refeitório, cantina, auditório e coordenação.

### **2.2 Amostra**

A pesquisa teve como público entrevistado 1º e 3º Ano do curso modular noturno de Automação Industrial, e 2º ano do curso modular noturno em administração, com alunos da faixa etária de 28 a 43 anos de idade, público pertencente a geração y, as turmas comportam unidas, um total de 25 alunos disponíveis, que atenderam os requisitos para a pesquisa (apresentam a faixa etária exigida), e 14 alunos responderam as pesquisas (56%)

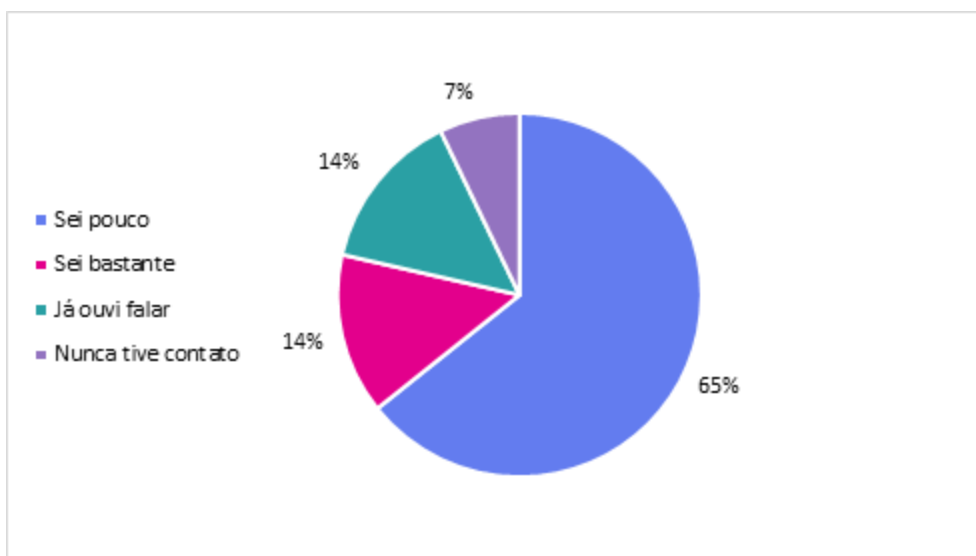
### **2.3 Instrumentos de pesquisa**

1. Qual o seu nível de educação financeira?
  - Sei bastante
  - Sei um pouco
  - Já ouvi falar
  - Nunca tive contato
  
2. Em qual das opções abaixo você se enquadra?
  - Classe A: renda superior a R\$ 25,2 mil;
  - Classe B: renda de R\$ 8,1 mil até R\$ 25,2 mil;
  - Classe C: renda de R\$ 3,4 a R\$ 8,1 mil;

- Classe D e E: renda de até R\$ 3,4 mil.
3. Com que frequência você busca informação sobre finanças?
- Sempre
  - Quase sempre
  - Às vezes
  - Quase nunca
  - Nunca
4. Você já teve problemas em honrar com suas obrigações financeiras?
- Sim
  - Não
5. Se você pudesse começar a estudar hoje sobre educação financeira, você começaria?
- Sim
  - Não
6. Com que frequência o assunto educação financeira foi abordada na sua infância?
- Sempre
  - Quase sempre
  - Às vezes
  - Nunca
  - Quase nunca
7. Na infância você era incentivado a estudar ou trabalhar?
- Trabalhar
  - Estudar
  - Estudar e trabalhar
  - Nenhuma das opções
8. Qual seu nível de conhecimento sobre a taxa Selic?
- Nível: 1 \_\_\_\_\_ 10  
(Baixo) (Elevado)
9. Você prefere investimentos mais arriscados ou conservadores?
- Arriscados
  - Conservadores
  - Não faço investimentos
10. Você está satisfeito com a sua renda atual?
- Muito satisfeito
  - Satisfeito
  - Neutro
  - Insatisfeito
  - Muito insatisfeito

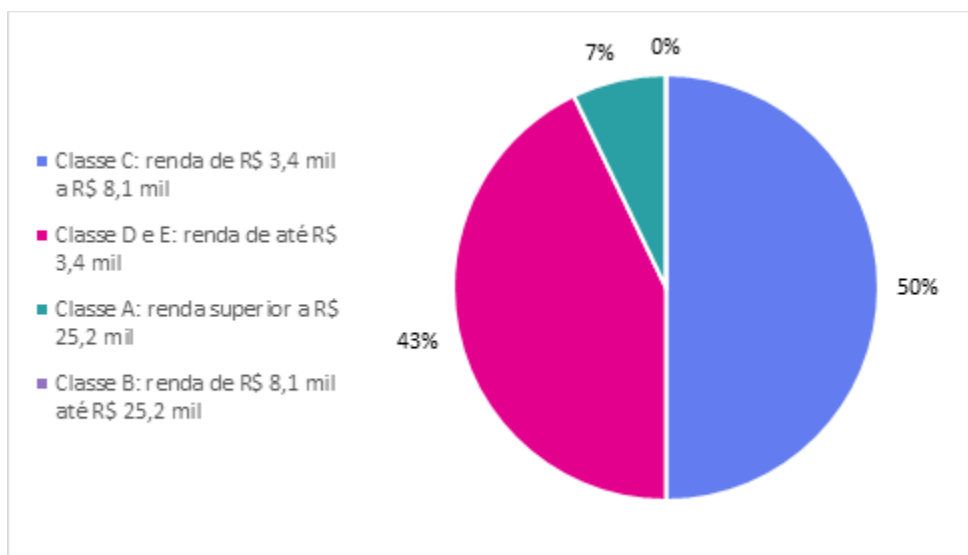
## 2.4 Resultados de pesquisa de campo

Gráfico 1: Nível de educação financeira dos entrevistados



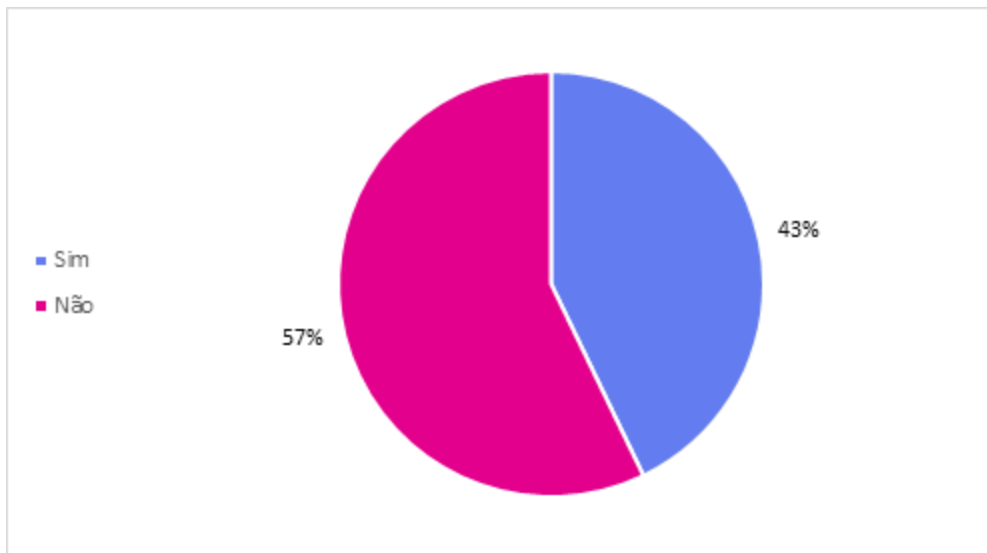
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 2: Enquadramento de classe econômica dos entrevistados



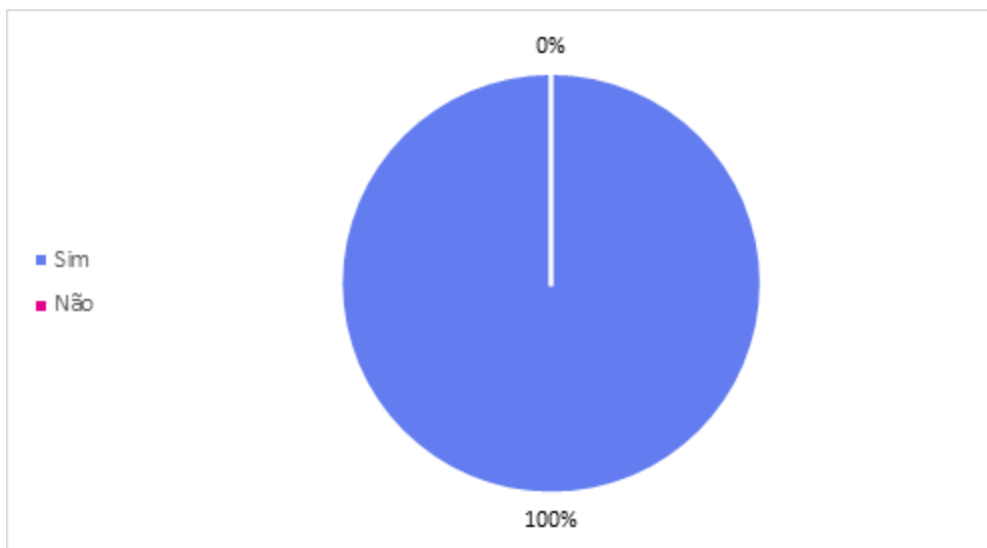
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 3: Ocorrências de problemas relacionados a obrigações financeiras.



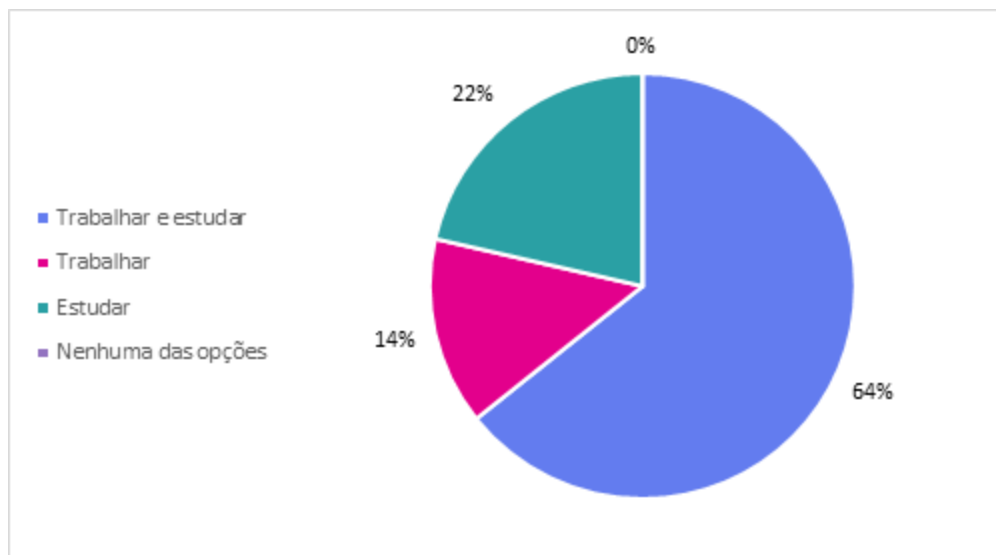
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 4: Opção por iniciar estudos sobre educação financeira.



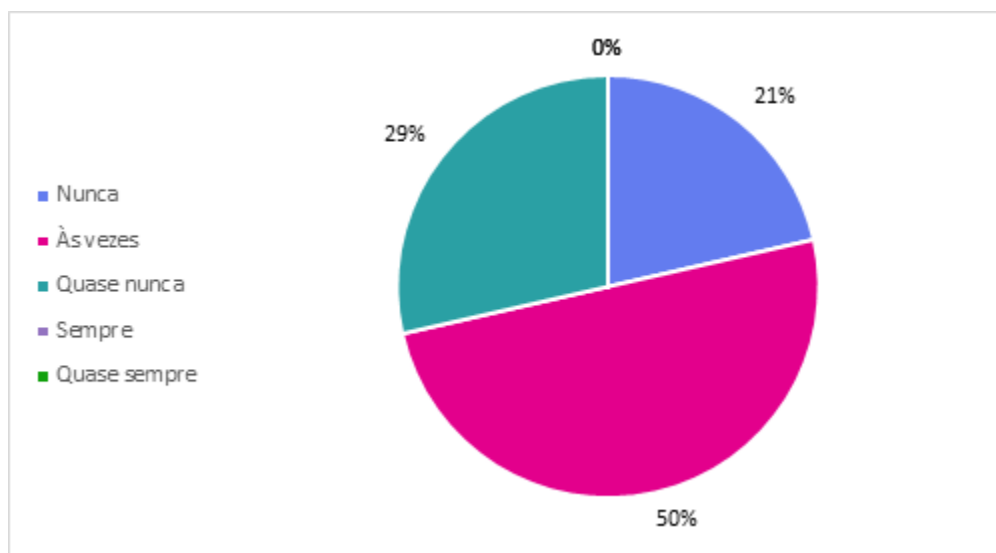
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 5: Incentivo familiar para estudo ou trabalho na infância



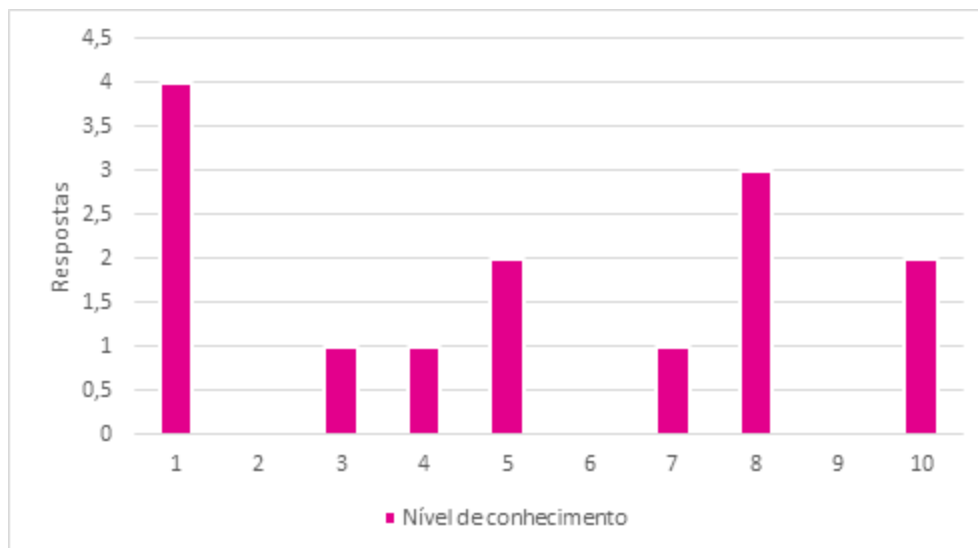
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 6: Incentivo familiar para a educação financeira



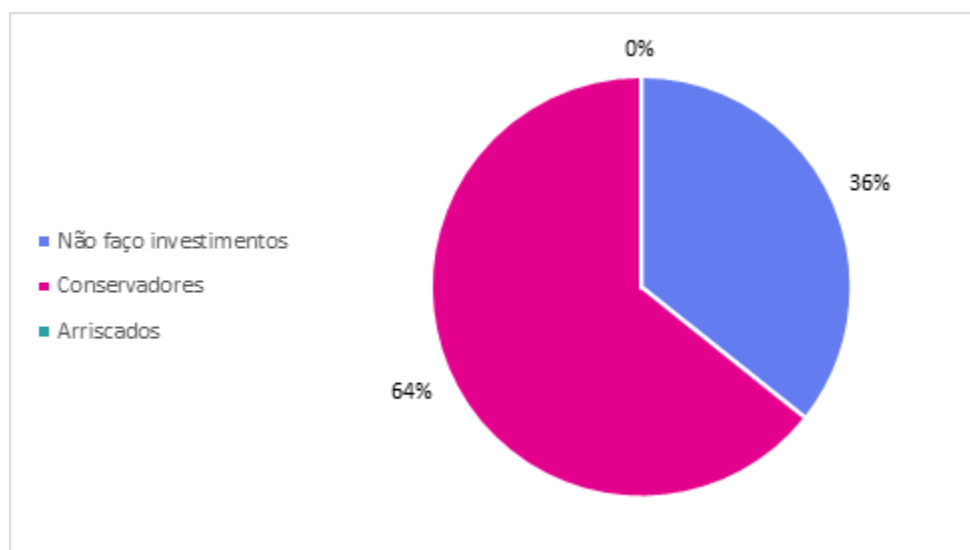
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 7: Nível de conhecimento sobre a taxa Selic



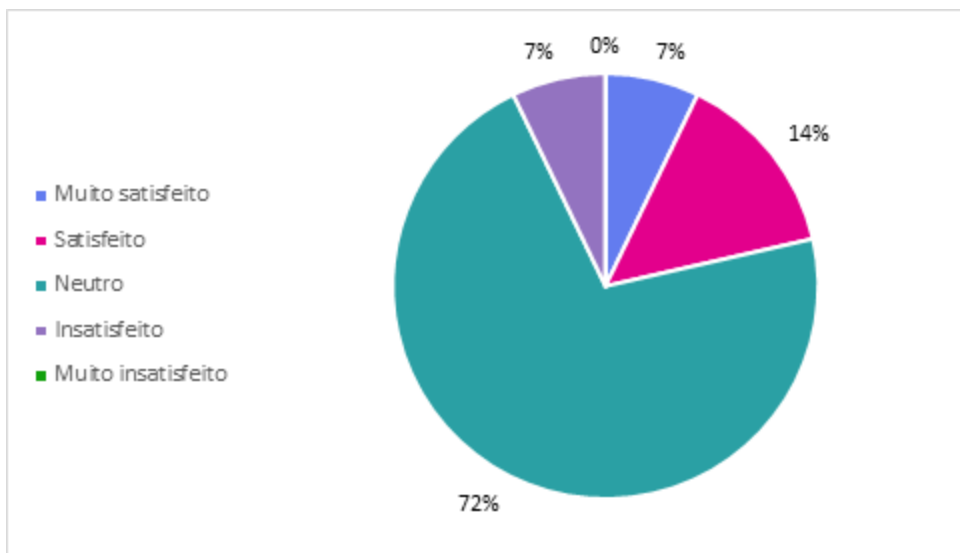
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 8: Preferência de perfil de investimentos



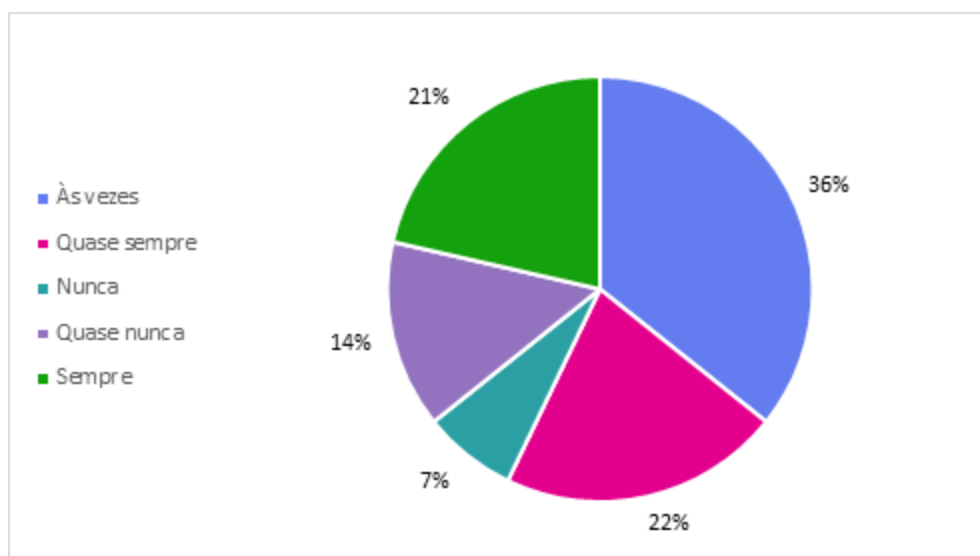
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 9: Grau de satisfação em relação a renda



Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 10: Frequência de pesquisas sobre finanças



Fonte: Dos próprios autores (2025)

### 3 ANÁLISE DE DADOS

No gráfico 1 é de se notar que há poucas pessoas que possuem conhecimento sobre finanças e afundo sobre a área de economia, 57% possuem pouco conhecimento financeiro e 25% nunca teve contato. Foi dito por Souza, Nicoli e Castro (2023) o aprendizado sobre economia na infância é fundamental pois tem potencial de mudar como o dinheiro será gerido no futuramente, no entanto, se mostra negligenciado no ensino, que prioriza conteúdos convencionais, ao invés de modelar as pessoas para a vida adulta e dificuldades enfrentadas diariamente por grande parte das pessoas. A mesma quantidade de pessoas que sabem bastante sobre finanças é igual as que já ouviram falar (30%), as que já ouviram falar não tem conhecimento suficiente para fazer boas decisões para sua vida financeira, em outra pesquisa realizada é notado que houve a preocupação com o trabalho e estudo, porém, é significativo a quantidade de pessoas que não conhecem o suficiente sobre economia e finanças.

O nível de educação financeira é um resultado multifatorial do quadro econômico e não só por parte do próprio indivíduo e sua base familiar, em um cenário desorganizado de uma estrutura social financeira instável, as pessoas dispunham de um quadro desfavorável para o devido letramento financeiro.

No gráfico 2 os entrevistados foram submetidos a um questionamento para aferir o pertencimento com relação ao enquadramento nas seguintes classes sociais.

Tabela 1: Enquadramento de classe econômica dos entrevistados

Classes	Renda	Porcentagem de indivíduos (Quantidade)
Classe A	Superior a R\$ 25,2 mil	7% (1)
Classe B	R\$ 8,1 mil até R\$ 25,2 mil	0% (0)
Classe C	R\$ 3,4 a R\$ 8,1 mil	50% (7)
Classe D e E	Até R\$ 3,4 mil	43% (6)

Fonte: Dos próprios autores (2025)

Diante a tabela apresentada, destaca-se a predominância de indivíduos pertencentes as classes C, D e E, classificadas socioeconomicamente como mais baixas, devida a renda menor em relação às demais classes.

A compreensão das classes sociais as quais os indivíduos pertencem, pode revelar informações cruciais para o entendimento quanto à influência tanto da presença quanto a falta da educação financeira no estilo de vida da geração Y, em maiores proporções, no quesito consumo e gestão de renda, em relação a renda disponível para o indivíduo. Como pontuado por Bertonecelo (2014) “As classes sociais podem ser definidas como os principais agentes coletivos de produção e/ou transformação da estrutura social”.

A partir da definição das classes sociais predominantes no grupo de entrevistados, pode se estabelecer a reflexão, em relação a se houve, em quais aspectos ocorreu a possível presença ou falta de oportunidades para o acesso a instruções e a educação para o letramento financeiro dos indivíduos. Ainda em Bertonecelo (2014) “Nos estudos de Max Weber, “classe” é uma condição que incide nas oportunidades de vida – considerando que oportunidades de vida são as chances das quais o indivíduo tem de se apropriar dos bens materiais e culturais produzidos socialmente – daqueles que a constituem e elas são medidas pelo mercado”. Assim demonstrando o poder aquisitivo, um agente agravante no acesso à educação financeira individual.

No gráfico 3 nota-se que 43% que é a menor parte dos entrevistados tiveram problemas em honrar com suas dívidas, Lucci et al. (2018) diz que com a diversidade de produtos e serviços no Brasil, exige-se um conhecimento financeiro maior, mas a geração Y não possui uma base forte para tomar decisões favoráveis e conscientes. Essa geração teve contato tardio, porém inicial, com a tecnologia e consumos dentro dela, e foram expostos ao consumo exagerado, foi consequências por terem esse consumo excessivo.

Antes dos anos 2000 não havia preocupações em estudar finanças, e foi se agravando essa falha na sociedade brasileira, principalmente nas famílias de baixa renda e que também não possuíam base financeira bem estruturada como diz Savoia, Saito e Santana (2007) que futuramente gerou uma dificuldade de cumprir com gastos, e créditos ofertados pelos bancos justamente por esse motivo, fazendo assim essa geração ter sérios problemas financeiros e dificuldades em honrar com dívidas, assim,

em divergência com os dados adquiridos com a nossa pesquisa, pois, a maioria (57%) não tiveram problemas em honrar com suas dívidas.

Ao realizar uma análise dos dados do gráfico 4, é notório o posicionamento por parte da amostra participante: aqueles que desejavam aprender sobre educação financeira, caso possível, representaram 100% do todo, ou seja, não houve oposições ao aprendizado da mesma, evidenciando a falta de conhecimento financeiro de parcela da geração y como sendo consequência da falta de oportunidade para aprendê-la, assim como é evidenciado na pesquisa realizada por Júnior et al (2021) onde instituições de ensino optam por continuar com a grade curricular padrão ao invés de se arriscarem com a implementação da educação financeira.

Mostrou-se no gráfico 5 que mais da metade da amostra (64%) foram ensinados na infância que trabalhar e estudar, simultaneamente, acreditando ser uma melhor opção para quando adultos. Entretanto, uma parcela razoável (21%) foi incentivada a apenas estudar e o restante (14%) foi ensinado que trabalhar seria uma melhor alternativa. Souza (2012, p. 45 apud BERTONCELO 2014) propõe que a classe social, e, portanto, a aquisição de capital econômico e cultural de um indivíduo se dá por meio de comportamentos e de atitudes no campo social e financeiro. Deste modo, aqueles que foram incentivados a ao menos trabalhar somam um total de  $\frac{3}{4}$  da amostra total, o que evidencia um cenário preocupante, pois denota um cenário de complicações financeiras.

No gráfico 6 observamos que 50% dos entrevistados disseram que os pais as vezes incentivavam o estudo financeiro indo de acordo com Souza, Nicoli e Castro (2023) onde apontam que os estudos financeiros na infância podem potencializar a forma que o indivíduo lida com o dinheiro no futuro, e 50% nunca e quase nunca foram incentivados.

A falta de incentivo e investimento se tornam nítidos nessa geração uma vez que a opção “quase sempre” e “sempre” não foram escolhidas por nenhum dos participantes da pesquisa mostrando-se assim uma ausência para com o incentivo ao letramento financeiro, fazendo com que atualmente se inclinem para um consumo sem planejamento econômico a geração Y nasceu dentro de um momento que incentivava o consumo imediato e em massa. (KERN, 2009).

No gráfico 7 é possível ver que mais da metade dos entrevistados possuem um conhecimento igual ou menor que cinco sobre a taxa Selic, isso como dito por Cordeiro, Costa e Silva (2018) se dá pelo fato de que em seus anos escolares a base curricular não contava com o tema de finanças, que só foi tornado parte da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, por tanto tornando a entrada dessas pessoas no âmbito financeiro mais difícil pela falta do conhecimento básico como por exemplo o entendimento sobre a taxa Selic.

Analisando o gráfico 8 é visto que 36% dos entrevistados não fazem investimentos algo que pode fazê-los, segundo Kern (2009) adquirirem hábitos nocivos como, por exemplo, o uso excessivo do cartão de crédito e a falta de reservas para imprevistos, algo que hoje em dia pode prejudicar e muito não só a vida da pessoa em si, mas de sua família, causando possíveis endividamentos que se não forem bem planejados geram ainda mais problemas financeiros. Já os outros 64% optam por investimentos mais conservadores que, por sua vez, são mais básicos tendo em vista a facilidade de sua execução sendo mais indicados para pessoas com pouco conhecimento sobre investimentos.

Observando o gráfico 9 em relação ao grau de satisfação dos participantes da pesquisa com suas rendas, onde a maioria respondeu estar “neutro” sendo 72% das respostas, Souza (2012) concluiu que a ascensão econômica não está apenas relacionada a posição social do indivíduo, mas sim a sua junção com a interação social e familiar, tendo grande interferência no anseio de crescimento econômico do indivíduo. Através desses dados podemos analisar que a neutralidade dos participantes demonstra um possível desinteresse com relação a finanças, 7% dos entrevistados se mostram insatisfeitos, 0% muito insatisfeito, em contraponto 14% disseram estar satisfeitos e 7% muito satisfeito.

No Gráfico 10 é possível observar que a maior parte dos entrevistados pesquisa informações sobre finanças apenas de forma esporádica (36% responderam “às vezes”) sendo um problema, pois segundo Vieira, Bataglia e Sereia (2011) mesmo entre universitários de contabilidade, não há diferença significativa de conhecimento financeiro ao longo da graduação, assim enfatizando que o aprendizado eventual não é capaz de gerar mudanças consistentes. Uma parcela menor, mas ainda relevante, afirmou que nunca ou quase nunca buscam esse tipo de conteúdo (21%). Já os que pesquisam com maior frequência foram divididos entre “quase sempre” e “sempre”

(43%). Essa distribuição demonstra que, apesar de existir interesse, ele não se consolidou como hábito regular, Lucci et al. (2018) destacam que o simples acesso a conceitos financeiros não é suficiente: é necessária disciplina e prática contínua para que o conhecimento se transforme em comportamento, assim justificando a lacuna de conhecimento existente na geração y sobre finanças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo e a análise sobre “como a falta de educação financeira afeta a vida da geração Y”, possibilitou entender que a geração Y possui problemas no campo financeiro, a base de educação influenciou diretamente essa faixa etária da população, a falta de incentivo familiar e escolar são os maiores fatores. Apesar desta geração ter sido fortemente introduzida à tecnologia e à facilidade no acesso à informação, encontra dificuldade na hora de gerir suas finanças.

Com base nos resultados obtidos foi possível identificar a falta de informação sobre o assunto, debater a carência do tema nas escolas, analisar como a educação financeira é compreendida, e como a geração percebe sua importância. Observou-se que o incentivo familiar teve grande impacto em como a geração lida com finanças, muitos gostariam de ter tido esse incentivo quando crianças, e são interessados em se aprofundar no assunto.

Entre as limitações encontradas, ressaltasse a área restrita a escola Etec Euro Albino de Souza em Mogi Guaçu, e a subjetividade das respostas dos entrevistados.

Considera-se que a grande maioria é conservadora em relação à investimentos e possuem medo de ingressar neste mundo, poucos não realizam investimento algum, porém deve-se analisar se estes são feitos de maneira eficiente, já que poucos tiveram o acesso a uma educação específica sobre o tema. A pergunta problema foi respondida em parte, mesmo a geração não tendo conhecimento suficiente, a maioria não obteve dificuldades financeiras, mesmo assim uma parte considerável teve problemas.

Para trabalhos futuros, sugere-se investigar o impacto das apostas e jogos de cassino na vida dos indivíduos, a valorização da educação financeira no país, e como a tecnologia impacta a população na absorção de conhecimento financeiro.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Ferreira de. Alguns problemas de teoria das classes sociais. **Análise Social**, Lisboa, v. 17, n. 66, p. 231-251. 1981.

BERTONCELO, Edison R. E. Classes sociais no Brasil. *Plural*, São Paulo, Brasil, v. 21, n. 2, p. 8–19, 2014.

BRASIL. Banco Central do Brasil (BCB). Educação financeira como tema transversal na BNCC. Relatório "**Educação Financeira nas Escolas: desafios e caminhos**". Brasília, 2018. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/nor/relicidfin/docs/art8\\_educacao\\_finanaceira\\_escolas.pdf](https://www.bcb.gov.br/nor/relicidfin/docs/art8_educacao_finanaceira_escolas.pdf). Acesso em: 09 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Documento oficial homologado. Brasília, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/linha-do-tempo-2017-dezembro/BNCCpublicacao.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRESSER-PERERIRA, Luiz Carlos. **A economia e a política do Plano Real**. Revista Econômica Política, Centro de Economia Política, v. 14, n. 4, p. 643-699, out./dez. 1994.

BURLE, Lauro Lobo. **A política monetária e as taxas de juros no Plano Collor**. Análise Econômica, v. 10, n. 18, p. 83-94, set. 1992. DOI: 10.22456/2176-5456.10430.

CHIU-SOLI, Claudio Luiz et al. **Comportamento das gerações Y e Z quanto à importância da educação financeira**. RECIMA21, Revista Científica Multidisciplinar, v. 3, n. 1, p.1-12, dez. 2021. DOI: 10.47820/recima21.v3i1.1004. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1004>. Acesso em: 05 jul. 2025.

CORDEIRO, Nilton José Neves; COSTA, Manoel Guto Vasconcelos; SILVA, Márcio Nascimento da. **Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica**. Ensino da Matemática em Debate, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 69–84, jun. 2018. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira+sociais&btnG=#d=gs\\_qabs&t=1744759349155&u=%23p%3DDwfjHSrIHfsJ](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira+sociais&btnG=#d=gs_qabs&t=1744759349155&u=%23p%3DDwfjHSrIHfsJ). Acesso em: 30 jul. 2025.

SOUZA, Charleston Sperandio de; SÁ NICOLI, Alice Aparecida Teixeira de; CASTRO, Leonardo Caus. **Um estudo sobre a educação financeira nas escolas**. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, Teófilo Otoni, MG, v. 2, n. 1, 1-15, jul. 2023.

FERREIRA, Hugo Chaves B.; LIMA, João Policarpo R. **A insustentável leveza do ter: crédito e consumismo no Brasil**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Niterói, RJ, n. 38, p. 59-87, jun. 2014. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/55>. Acesso em: 13 ago. 2025

JÚNIOR, Carlos Alberto Soares et al. **Educação financeira nas escolas**. Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN), v. 5, n. 1, p. 1-17,

out. 2021. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira+nas+escolas&oq=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira#d=gs\\_qabs&t=1744673931173&u=%23p%3D3rgn\\_cPgRaMJ](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira+nas+escolas&oq=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira#d=gs_qabs&t=1744673931173&u=%23p%3D3rgn_cPgRaMJ). Acesso em 13 ago. 2025.

KERN, Denise T. B. **Uma reflexão sobre a importância da inclusão de uma educação financeira nas escolas públicas**. Centro Universitário UNIVATES, 2009.

LOPES-JR, Derson da Silva; PELEIAS, Ivam Ricardo. **Geração Y e educação financeira: um estudo em um centro universitário na cidade de São Paulo**. ReFAE – Revista da Faculdade de Administração e Economia, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 17–36, jul. 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229080604.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2025.

MACHADO, Helena. **Noções elementares sobre poder, desigualdades e classes sociais nas sociedades ocidentais contemporâneas**. Geo-Working Papers, Braga, 2005.

MAZZI, Lucas Carato; HARTMANN, Andrei Luís Berres; PESSOA, Cristiane Azevedo dos Santos. **Educação financeira e justiça social: reflexões no âmbito da educação matemática**. 2024. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira+social&oq=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira+so#d=gs\\_qabs&t=1744758947002&u=%23p%3DNEXCAqiFUnQJ](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira+social&oq=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira+so#d=gs_qabs&t=1744758947002&u=%23p%3DNEXCAqiFUnQJ). Acesso em: 23 jul. 2025.

QUADROS, Waldir. **Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos 1990**. Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 12, n. 1, p. 109–135, jan. 2016.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; SCALON, Maria Celi. **Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada**. Dados, v. 44, n. 1, p. 53-96, 2001.

SARAIVA, Karla Schuck. **Os sujeitos endividados e a educação financeira**. 2017. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira+sociais&btnG=#d=gs\\_qabs&t=1744759153334&u=%23p%3DrZ55bHI8l\\_qJ](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira+sociais&btnG=#d=gs_qabs&t=1744759153334&u=%23p%3DrZ55bHI8l_qJ). Acesso em: 27 jul. 2025.

SAVÓIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Revista de Administração Pública, v. n. 6, p. 1121-1141, 2007. Acesso em: 12 ago. 2025.

SILVA, Amarildo Melchides; POWELL, Arthur Belford. **Um programa de educação financeira para a matemática escolar da educação básica**. Curitiba: Paraná, 2013. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira+nas+escolas&oq=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira#d=gs\\_qabs&t=1744674357273&u=%23p%3DdWzkiUzy8EJ](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira+nas+escolas&oq=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira#d=gs_qabs&t=1744674357273&u=%23p%3DdWzkiUzy8EJ).

SILVA, Sonia Rebouças da. **Inflação, desemprego e produto: uma análise da condução da estabilização de preços no Brasil (1990-1999)**. 2000. 96 f. Trabalho

de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

SOUZA, Jessé. **A cegueira do debate brasileiro sobre as classes sociais.** Interesse Nacional, v. 7, n. 27, p. 35-57, 2014.

TINEU, Rogério. **Ensaio sobre a teoria das classes sociais em Marx, Weber e Bourdieu.** Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política, v. 10, n. 29, p. 89-107, 2017.

VIEIRA, Amancio et al. **Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: Uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná.** Revista de Administração da Unimep, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 61-97, set./dez. 2011. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira+nas+escolas&oq=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira#d=gs\\_qabs&t=1744673931173&u=%23p%3D3rgn\\_cPgRaMJ](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira+nas+escolas&oq=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira#d=gs_qabs&t=1744673931173&u=%23p%3D3rgn_cPgRaMJ).